

## **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 08 DE JANEIRO DE 2010 – NÚMERO 5**-----

Aos oito dias do mês de Janeiro de dois mil e dez, nesta vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal em sessão ordinária no edifício dos Paços do Concelho. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Duarte Pereira, Mário Manuel Pereira Peixinho, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores, Maria do Céu, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira e o Eng.º José Portugal-----

O Presidente da Câmara, Dr. Mário Pereira, deu início à reunião. Disse que aguardava a chegada da Dra. Céu e que, apesar de a participação do público estar prevista apenas para o fim, iria dar a palavra ao Sr. Manuel Caniço, que se encontrava presente, caso este tivesse alguma questão a colocar.-----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

O Sr. Manuel Caniço expôs então os assuntos que queria ver resolvidos.-----

O Presidente da Câmara afirmou que iria tomar nota do que tinha ouvido para tentar resolver os assuntos expostos. -----

### **APRECIÇÃO DAS ACTAS:**

O Presidente prosseguiu a reunião para a análise e aprovação de duas actas: colocou a primeira, do dia 7 de Dezembro, à consideração dos presentes.-----

A Vereadora Regina Ferreira propôs correcções na estrutura gramatical de algumas frases, de modo a torná-las mais perceptíveis.-----

Feitas as alterações, o Presidente da Câmara pediu a votação para a sua aprovação: a acta foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Câmara passou para a segunda acta, do dia 21 de Dezembro, perguntando se alguém tinha propostas de alteração a fazer.-----

A Vereadora Regina Ferreira disse que tinha feito declarações que não constavam na acta mas que, apesar disso, as ideias principais estavam transcritas. Contudo, acrescentou, na página cinco, não havia qualquer referência ao plano de actividades que tinha elaborado e estavam omitidas as considerações que tinha feito acerca do valor dos juros do orçamento para 2010, assim como aspectos sobre a Casa dos Patudos e actividades que não estavam relacionadas com o plano de actividade. Seria importante estar tudo contemplado na acta, venceu. -----

O Presidente pediu ao Vereador Luís Garrotes para se pronunciar.-----

O Vereador Luís Garrotes corroborou das observações da Vereadora Regina, afirmando que alguns comentários, sobretudo os proferidos em relação ao tema do orçamento, não constavam na acta e deveriam ser acrescentados.-----

O Presidente disse que as actas deviam transcrever o essencial de cada assunto e que concordava que, em relação aos tópicos identificados, a acta fosse completada e reapreciada na reunião seguinte.-----

### **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

O Presidente da Câmara perguntou se havia algum assunto a abordar. -----

Interveio a Vereadora Regina Ferreira para dizer que tem tentado sempre fazer críticas construtivas, actuando de boa-fé, no sentido de prestar a melhor ajuda possível, fazendo uma ressalva em relação ao que tinha dito na reunião anterior no que à divulgação sobre a actividade do Executivo e da Assembleia Municipal dizia respeito. O que tinha pretendido dizer era que faria mais sentido que ela fosse divulgada através do *site* da Câmara ou da Junta de Freguesia. Por outro lado, admitiu ter ficado surpreendida pelo facto de os documentos da reunião anterior terem sido enviados para os Membros da Assembleia Municipal imediatamente depois da conclusão da mesma, sem antes se ter procedido às alterações propostas no seu decurso. Disse reconhecer a importância de se

cumprirem os prazos de entrega, mas ter ficado desapontada com o sucedido. Adiantou que outra questão que gostaria de compreender era acerca de uma informação que lhe tinha chegado sobre a mudança de cargo e do local de trabalho de alguns funcionários da Escola EB1. -----

O Vereador Luís Garrotes alertou para o facto de a Nave Desportiva não ter o sistema de aquecimento de água a funcionar, facto que já se arrastava desde o tempo do anterior executivo, questionando se já havia alguma solução em vista. Aproveitou também para esclarecer que o rácio de utilização dos computadores da autarquia nunca foi de um para cada dois trabalhadores, como tinha transparecido pelas declarações do Vereador Mário Peixinho na Assembleia, apesar de um funcionário não altura não ter utilizado o computador da Câmara, no caso o Dr. Luís Cristóvão. Frisou também que, no seu entender, o normal funcionamento das infra-estruturas desportivas não podia ser afectado pelos custos inerentes e que estas deviam ser disponibilizadas para que os munícipes não fossem penalizados, principalmente ao fim-de-semana. Finalizou, pedindo esclarecimento sobre uma eventual exploração do Complexo Desportivo que estaria em análise por parte do executivo, questionando se já havia parecer jurídico sobre isso e se também outras infra-estruturas estariam envolvidas, nomeadamente as Piscinas e o Estádio Municipal.-----

O Presidente respondeu, abordando desde logo o último assunto, dizendo que tinha inclusive ouvido falar em concessão do Estádio Municipal, mas que tal hipótese não tinha qualquer fundamento, nunca tinha sido sequer equacionada. A solução passava sim, explicou, por uma gestão funcional do Complexo Desportivo – campos de ténis, campo de futebol 7 e edifício de apoio – acrescentando que o Vereador Carlos Pereira poderia complementar essa informação. -----

Comentou também que teve conhecimento da publicação em *blogs* das posições assumidas em reuniões de Câmara pela Vereadora Regina Ferreira e pelo Vereador Luis Garrotes, admitindo ter havido alguma fuga de informação, o que nunca era desejável. Apesar disso, o Presidente afirmou não ter qualquer tipo de objecção ao facto de as actividades do executivo e os eventos a realizar serem publicados nesses meios de comunicação, já que eles o fazem mais facilmente e de um modo mais abrangente, mas que isso fosse feito sempre numa perspectiva de complemento ao site da Câmara e da Junta de Freguesia. Relativamente à questão levantada pela Vereadora Regina Ferreira, o Presidente indicou a falta de tempo como o factor que terá limitado eventuais ajustes no orçamento enviado para os membros da Assembleia Municipal. De qualquer maneira, sublinhou que o documento foi enviado tal como foi aprovado e que tinha alguma margem de manobra para poderem ser integradas novas propostas, como o caso das unidades de saúde de cuidados continuados. O Presidente referiu-se depois aos reajustamentos que envolvem os funcionários da Escola EB1, dizendo que houve de facto alterações pontuais, que possivelmente continuarão a haver, pois fazem parte da gestão corrente, que têm em conta as necessidades do agrupamento e que estavam directamente relacionadas com a rentabilização de recursos, no sentido de melhorar os serviços. Adiantou ainda estar prevista uma consulta ao quadro de funcionários da autarquia no sentido de solicitar eventuais interesses de alterar funções por parte dos próprios, podendo depois o Executivo tirar ilações para uma redistribuição dos funcionários, a começar pela parte administrativa, já que na parte do trabalho externo a margem para alterações era menor. Disse ser apenas um contributo, não querendo dizer que o Executivo iria atender a todas as intenções das pessoas.-----

O Vereador Carlos Pereira tomou a palavra para comentar a questão da Nave Desportiva, dizendo que esta estava de facto dotada de um sistema de aquecimento de água mas que era preciso colocar duas botijas. Quanto à questão do Complexo Desportivo,

confirmou que a Dra.Sofia Fonseca estava a elaborar um parecer e que a decisão estava dependente das suas conclusões. Disse haver a possibilidade de uma secção tomar algum do espaço como sede, garantindo a abertura e o fecho das instalações durante o fim-de-semana, continuando o pagamento a ser efectuado nas piscinas, ou, como alternativa, também estava em estudo a abertura dos portões através de uma linha óptica nos cartões.-----

O Vereador Luís Garrotes lembrou a existência do cartão de livre trânsito desportivo e que algumas pessoas se sentiam defraudadas pois não conseguiam fazer uso dele ao fim-de-semana, já que as instalações estavam fechadas, correndo o risco de se esgotar o tempo de utilização do cartão.-----

O Vereador Carlos Pereira disse compreender a situação, que concordava que o espaço deveria estar aberto ao fim-de-semana, mas explicou que se o Executivo pagasse horas extraordinárias a um funcionário só para poder estar no Complexo, isso representaria um valor semelhante ao de um salário de um trabalhador a tempo inteiro. Acrescentou que o anterior executivo deveria ter tido essa sensibilidade antes de emitir o cartão, dado que a autarquia não estava em condições de dispender essa quantia. O Vereador disse que ainda só houve duas pessoas a queixarem-se de não poderem usufruir das instalações: um senhor de uma empresa de santarém que costumava vir jogar futebol ao domingo e um senhor de Alpiarça que gostava de jogar ténis ao fim-de-semana. -----

O Vereador Luís Garrotes defendeu que as pessoas apenas começavam a ganhar hábitos de prática desportiva se tivessem locais para o fazer.-----

O Vereador Carlos Pereira insistiu que o Executivo não queria precipitar-se, que tomaria uma decisão em breve pois apenas aguardava o parecer da Dra. Sofia Fonseca.-----

O Presidente interveio para reforçar a ideia de que se tratava de uma situação transitória e que o objectivo era ter o complexo aberto o maior tempo possível, mas de uma forma que minimizasse os custos da autarquia. Deu de seguida a palavra ao Vereador Mário Peixinho, para este se pronunciar sobre os temas até ali discutidos.-----

O Vereador Mário Peixinho começou por elogiar o trabalho efectuado anteriormente pelo Vereador Luís Garrotes no pelouro do desporto e admitiu que tinha uma informação errada em relação à Nave Desportiva, já que pensava que não havia nenhum sistema de aquecimento da água. No que concerne aos computadores, disse que quando o executivo entrou em funções verificou que faltavam quatro ou cinco computadores para as pessoas trabalharem. -----

O Presidente confirmou que havia, de facto, falta de equipamento e que há alguns estavam já obsoletos e não respondiam às necessidades actuais, nomeadamente das pessoas que faziam um trabalho mais técnico e que precisariam de máquinas mais capazes, mas que o executivo estaria já a tentar encontrar formas de financiamento para reequipar a autarquia a esse nível.-----

O Vereador Luís Garrotes realçou precisamente que por considerarem esse aspecto importante é que uma das propostas que ele e a Vereadora Regina Ferreira incluíram no plano que apresentaram era no sentido da modernização dos equipamentos informáticos.

O Presidente da Câmara disse que, apesar de não ter presente o orçamento, estava certo que essas medidas estavam contempladas nas respectivas rubricas.-----

A Dra. Maria do Céu corroborou, dizendo que essas rubricas do orçamento estavam abertas com valores baixos, precisamente para a autarquia tentar candidatar-se a financiamentos para a aquisição de material.-----

O Presidente concretizou a ideia dizendo que, em casos pontuais a autarquia poderia até tentar responder às necessidades por meios próprios.-----

A Dra. Maria do Céu deu o exemplo do computador da funcionária Catarina Militão, do Gabinete de Comunicação, que teve de ser trocado pois ela estava a usar um computador

emprestado pela Biblioteca.-----  
O Presidente perguntou se havia mais algum assunto que os presentes quisessem ver acrescentado.-----

O Vereador Mário Peixinho disse que havia alguma falta de informação no tempo do anterior executivo e fez questão de informar os presentes que tinha tido uma reunião com pessoas da Câmara da Chamusca, no sentido de estabelecer parcerias. Concretizou a ideia, dizendo que tinha falado sobretudo sobre o arranjo das estradas do campo, pois sabia que lá havia pessoas e meios com bastante qualidade para o fazer, estranhando o facto de nunca ninguém se ter lembrado de o fazer. -----

O Vereador Luís Garrotes lembrou que o anterior executivo tinha feito uma ponte em conjunto com a autarquia da Chamusca.-----

O Vereador Mario Peixinho reforçou o facto de haver total abertura por parte da autarquia da Chamusca para colaborar e disse ter também recebido a visita da responsável pelo projecto RIPIDURABLE, Eng.ª Ana Mendes, que lhe deu as devidas indicações sobre o que falta fazer para que se possa concluir o processo. -----

O Presidente perguntou se poderia fechar o período “antes da ordem do dia”-----

O Vereador Luís Garrotes questionou se a documentação não poderia ser digitalizada e enviada, para evitar tê-la toda em formato de papel.-----

O Presidente apontou o facto de algumas actas entrarem no foro pessoal e, por conterem nomes das pessoas e outros dados pessoais, seria melhor não o fazer, sugerindo que fossem digitalizadas e enviadas por e-mail.-----

A Dra. Céu apresentou também a ideia do envio em suporte digital, por e-mail, como a melhor solução.-----

A Vereadora Regina Ferreira pediu a palavra para perguntar se, em virtude dos estragos causados pelo mau tempo, a Câmara tinha comunicado as instâncias superiores, para que houvesse alguma ajuda. -----

O Vereador Mario Peixinho informou que estava a par da situação e que estava tudo a ser tratado. -----

O Presidente disse que foi feito um levantamento de todos os estragos e que Alpiarça estava incluída no leque de concelhos atingidos que iria receber ajudas.-----

O Vereador Mário Peixinho pediu a palavra para acrescentar duas informações. Primeiro, que o executivo estava a fazer uma tentativa de renegociação da dívida da AgroAlpiarça, empresa pertencente à Câmara de Alpiarça, comprometendo-se a transmitir dados mais concretos assim que os tivesse. Depois, que a Câmara estava em risco de perder cento e vinte mil euros em ajudas comparticipadas, já que se tinha candidatado a um contrato-programa para acabamento da Zona Industrial, e não tinha cumprido o prazo estabelecido (2005-2008). Acrescentou que apenas tomou conhecimento do facto numa reunião na CCDR e que, ao contrário do que lhe tinha sido transmitido pelo anterior executivo, a electrificação da zona não estava contemplada no contrato-programa. O projecto de electrificação que tinha sido aprovado era no valor de cento e quarenta e sete mil euros e se a Câmara optasse por avançar com isso teria de suportar a totalidade das despesas, uma vez que o contrato-programa apenas contemplava o ajardinamento. -----

#### **ORDEM DO DIA:**-----

**- Corpo de Bombeiros Municipais – Deliberação sobre a Informação do Comandante Interino dos Bombeiros- Passagem do Chefe João Manuel Dias Teodoro ao Quadro de Honra por Requerimento do Próprio.** -----

O Presidente explicou que se tratava do caso de um Bombeiro que foi submetido a um processo disciplinar, tendo-lhe sido aplicada a pena de demissão e que houve um recurso que se arrastou por algum tempo - por decisão unânime tomada ainda no tempo do anterior executivo, foi deliberado anular a pena de demissão na condição do bombeiro

pedir a passagem ao quadro de honra, tendo em conta o serviço prestado e a ligação ao corpo, deixando de exercer funções efectivas nos Bombeiros.-----

O Presidente colocou à consideração de todos, pedindo a votação.-----

A passagem do Chefe João Manuel Dias Teodoro ao quadro de honra dos Bombeiros Municipais foi aprovada por unanimidade. -----

**- Associação Portuguesa de Leucemias e Linfomas - APLL – Cedência de espaço em próxima publicação do Boletim Municipal** -----

O Presidente disse que pediam a cedência de espaços em eventuais publicações nos meses de Janeiro ou Fevereiro e também em mupis e outdoors que a Câmara tivesse.-----

Foi aprovada por unanimidade a ideia de transmitir a disponibilidade da autarquia em ajudar, dependendo dos timing's e da agenda de cada uma das entidades. -----

**- Grupo de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho de Alpiarça – Apoio para recolha de sangue na forma de 1000 cópias para convocatórias:** -----

O Presidente explicou que o pedido se traduzia em mil fotocópias para convocar as pessoas para as próximas dádivas, a 16 e 17 de Janeiro, no Clube Desportivo os “Os Águias” e que isso poderia ser contabilizado como um subsídio ao Grupo para o corrente ano, colocando à votação. -----

Foi aprovado por unanimidade.-----

**- Clube Desportivo "Os Águias" de Alpiarça – Pedido de Isenção de Taxa de Publicidade:** -----

O Presidente sugeriu que se retirasse a deliberação deste assunto da ordem do dia e passá-la para a reunião seguinte, onde se discutiriam questões relacionadas com o pagamento de taxas-----

Decisão aprovada por unanimidade.-----

**- Clube Desportivo "Os Águias" de Alpiarça – Secção de Triatlo – Atribuição de Subsídio --**

O Presidente explicou que o que estava em causa era a atribuição de um subsídio (três mil euros para a época em curso) como contrapartida de publicidade para o Município de Alpiarça nas camisolas dos atletas e pediu ao Vereador Carlos Pereira que desse alguns pormenores sobre -----

O Vereador Carlos Pereira explicou que se trata do desenvolvimento de um projecto já existente que contempla a participação de jovens atletas de Alpiarça, a quem se juntariam alguns atletas Olímpicos, casos de Duarte Marques e Miguel Arraiolos, projecto esse que acrescentaria aos escalões que já existiam as categorias júnior, sub-23 e seniores, e que ficaria a cargo da nova secção de natação e triatlo do Águias de Alpiarça e dos treinadores Miguel Jourdan e a Sandra Isabelinha. -----

A Vereadora Regina Ferreira disse que gostaria de conhecer em pormenor o projecto, mas que reconhecia que poderia ser uma mais valia para o concelho.-----

O Presidente clarificou que o que estava em causa era a possível participação de um atleta dos Aguias nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, transmitindo que o Clube Desportivo “Os Águias” estava a fazer diligências no sentido de captar mais patrocínios, uma vez que os custos associados a uma projecto desta dimensão eram elevados.-----

A Vereadora Regina Ferreira disse que faria sentido acompanhar este projecto e dar o devido apoio e incentivo aos atletas para que eles se sentissem motivados, até porque o triatlo incorporava também o ciclismo – modalidade com muita tradição em Alpiarça. Confessou algum afastamento em relação a certas modalidades e actividades realizadas, dando o exemplo da Gala do Casino de Estoril que homenageou a equipa portuguesa de sub-23, onde estava Miguel Arraiolos, e acrescentou também que considerava importante a atribuição de um louvor ao referido atleta por parte da Câmara Municipal de Alpiarça. ----

O Presidente lembrou que o Vereador Carlos Pereira esteve presente na Gala e que o

evento foi noticiado no "site" da Câmara. Quanto ao louvor, afirmou que ainda iriam a tempo de o fazer. -----

O Vereador Carlos Pereira completou dizendo que a questão do louvor estava já a ser tratada com a Luísa Gargalo e com o presidente da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Câmara referiu que o desenvolvimento do projecto poderia implicar uma outra participação da Câmara no futuro, que não passasse apenas pelo apoio com os equipamentos. O triatlo é, afirmou, uma modalidade com cada vez mais visibilidade na comunicação social, nomeadamente na televisão – nos programas desportivos e não só – e que era bastante importante o facto de o nome de Alpiarça aparecer visível como acontecia com outros municípios, que têm aproveitado os atletas locais para fazer a divulgação dos seus concelhos. Reforçou também o comentário da Vereadora Regina, salientando a presença do ciclismo no triatlo, que podia compensar a dificuldade em reactivar uma equipa só dessa modalidade. -----

O Vereador Carlos Pereira distribuiu cópias mostrando como se pretendiam que fossem os equipamentos e a respectiva localização da publicidade, explicando que havia atletas com possibilidade de estar frequentemente em provas internacionais, havendo depois uma retaguarda formada por outros atletas para as competições nacionais. -----

O Presidente disse que o essencial do projecto estava apresentado e que teriam futuramente outras oportunidades para o discutir pormenorizadamente. -----

O Vereador Luís Garrotes insistiu na necessidade da secção responsável procurar também outros apoios financeiros -----

O Vereador Carlos Pereira explicou que isso estava a ser feito e que os responsáveis da secção lhe transmitiram que tinham uma série de reuniões marcadas com possíveis patrocinadores. -----

O Presidente disse que estavam a ser abertas as contas de 2010 e deu a palavra à Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, para explicar: a Dra. Maria do Céu disse que se estava a encerrar o ano de 2009, a inserir o orçamento de 2010 e que só depois de transferir o saldo de 2009 para 2010 é que se podia recomeçar a fazer cabimentos. -----

O Presidente pediu que se votasse a proposta. -----

A proposta de atribuir 3000 euros para a secção de triatlo, tendo como contrapartida a inscrição da expressão "Município de Alpiarça" foi aprovada por unanimidade. -----

**- Fundos de Maneio para 2010:** -----

O Presidente colocou à consideração de todos, pedindo a votação para a informação que tinha sido distribuída para lerem. -----

Foi aprovada por unanimidade -----

**- Comité Português para a UNICEF – Pedido de Donativo** -----

O Presidente disse haver duas hipóteses: um donativo mensal e um anual, com várias possibilidades em termos de valores, admitindo que não tinha presente o valor pago no ano anterior. -----

A Dra. Maria do Céu disse que o valor atribuído se situava entre os cem e os cento e cinquenta euros. -----

O Presidente propôs, depois de ler as possibilidades existentes, que se atribísse um valor semelhante, ou seja, cem euros, perguntando se todos estavam de acordo. -----

A atribuição de cem euros à UNICEF foi aprovada por unanimidade. -----

**ZONA INDUSTRIAL:** -----

**- Zona Industrial – International food Quality, Lda – Parecer Jurídico** -----

O Presidente explicou que era um processo que se arrastava há algum tempo, respeitante a uma empresa que quis instalar-se na Zona Industrial, tendo a autarquia levantado dúvidas em relação ao facto de a sua actividade se ajustar às actividades previstas para a

Zona Industrial. A empresa pediu um parecer, que foi emitido, e que conclui que, tendo havido uma alteração do seu objectivo social e da sua classificação no código de actividade, poderia a empresa, nos termos no disposto no número 1 artº. 4º do Regulamento da Zona Industrial, proceder à respectiva instalação.-----

O Vereador Mário Peixinho disse estranhar o facto de o parecer ter demorado tanto tempo a chegar à Câmara, uma vez que ele tinha decidido em reunião com a Dra. Ana Merelo que se a empresa alterasse o CAE, poderia instalar-se imediatamente. -----

O Vereador Carlos Pereira explicou que a demora se deveu à formalização do parecer, clarificando que não iria pronunciar-se porque tinha familiares na referida empresa-----

O Presidente pediu a opinião do Eng.º Portugal, ao que este confirmou o que havia sido dito relativamente ao processo de instalação da empresa.-----

O Presidente colocou à votação a deliberação de concordar com o parecer jurídico que confirmava que a actividade da empresa era consentânea com o Regulamento da Zona Industrial. -----

Foi aprovado por unanimidade, não tendo o Vereador Carlos Pereira participado, nem na discussão, nem na votação, devido a ter um familiar na composição da referida empresa.-

**OBRAS:** -----

**- Centro Escolar – Empréstimo a Longo Prazo** -----

O Presidente disse que só responderam o BPI, a Caixa Geral Depósitos e o Santander Totta, explicando que o pedido surgia na sequência de uma autorização de excepção por parte do Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, uma vez que a Câmara tinha já ultrapassado o limite legal de endividamento, logo os pedidos de financiamento teriam de ter esse aval.-----

A Dra. Maria do Céu interveio para corrigir, dizendo que a Câmara fez o pedido de regime de excepção para o referido empréstimo para que ele não relevasse para os limites legais de endividamento e que, se tal não acontecesse, nunca poderia ser incluído na dívida legal, podendo a Câmara afirmar que os tectos não foram ultrapassados - porque o empréstimo estava excepção.-----

O Presidente continuou, dizendo que perante a autorização do excepção do montante referido para fazer face à participação da Câmara na parte que lhe cabia do Centro Escolar, foi feita a consulta. Apresentou as propostas, adiantando que a melhor era a do BPI. -----

A Vereadora Regina Ferreira disse estar surpreendida por só terem três propostas para analisar.-----

O Vereador Carlos Pereira respondeu que só aqueles três bancos tinham respondido à solicitação da Câmara, estranhando em especial a falta de resposta do BES. -----

O Presidente colocou à votação.-----

A deliberação de aceitar a proposta do BPI com taxa Euribor a 6 meses e submetê-la à próxima sessão da Assembleia Municipal, que teria de a autorizar, foi aprovada por unanimidade-----

**- Tecnitejo – Prorrogação de prazo de obra – Requalificação do Largo Vasco da Gama. ---**

O Presidente pediu que o Eng.º Portugal se pronunciasse sobre o pedido apresentado, ao que este referiu que o prazo para a conclusão da obra era de 60 dias mas explicou que houve constrangimentos que justificaram o atraso, apontando os 25 dias de prorrogação como aceitáveis.-----

O Presidente colocou à votação-----

A prorrogação do prazo de conclusão da obra de requalificação do Largo Vasco da Gama foi aprovada por unanimidade. -----

**- Eusébio Moreira Branha – Concessão de Alvará – Procº nº 12/2009** -----

O Senhor Presidente pediu ao Eng.º Portugal que se pronunciasse acerca do processo. -

A deliberação sobre a autorização do processo de destaque foi aprovada por unanimidade.-----

**- Maria Casimira Arraiolos Melgada de Andrade Baeta – Concessão de Certidão para destaque de uma única parcela de terreno – Procº 11/2009 -----**

O Eng.º Portugal disse que havia viabilidade, que tudo estava dentro da lei pois não havia violação do direito de propriedade.-----

O Presidente colocou à votação:-----

Foi aprovado por unanimidade-----

**- Sabino Godinho Saturnino e Outros – Constituição de Compropriedade -----**

O Presidente disse que não tinha a respectiva informação técnica e que por isso iria colocar à consideração dos presentes a decisão sobre o que fazer: ou votavam mediante as considerações do Eng.º Portugal ou, se preferissem, passavam o assunto para a reunião seguinte. A Vereadora Regina Ferreira disse que não se opunha a votar apenas com base nas explicações dadas pelo Sr. Engenheiro que, continuou, dando então o seu parecer técnico. -----

O Presidente perguntou se depois da explicação do Eng.º Portugal ainda restavam dúvidas e, como ninguém se manifestou, colocou à votação.-----

Foi aprovado por unanimidade.-----

**- Salazar e Costa, Construções, Lda – Operação de Loteamento – Procº 1/2009 -----**

O Eng.º Portugal mostrou, através de plantas, a exacta localização do espaço e os presentes discutiram todos os pormenores relacionados com a alteração. -----

O Presidente perguntou se perante o que tinham visto e discutido tinham dúvidas, de modo a passar à votação. Ninguém apresentou qualquer questão. -----

Foi aprovado por unanimidade.-----

**- João da Cruz Ferreira – Alteração de Alvará de Loteamento nº 5/98 -----**

Deliberado por unanimidade concordar com a alteração de loteamento com base no parecer técnico. -----

**- Processos de Contra-Ordenação – nºs 16/2006, 25/2006, 53/2008, 77/2008, 87/2008, 90/2008, 94/2008 e 95/2008. -----**

O Presidente disse que os valores previstos para este tipo de contra-ordenações se situavam entre os três euros e setenta e cinco cêntimos e os três mil, setecentos e cinquenta euros. A proposta de decisão passava, referiu, por uma coima de três euros e setenta e cinco cêntimos, mais quarenta e quatro euros e cinquenta cêntimos de custas processuais.-----

A Dra.Maria do Céu defendeu que eram valores irrisórios e que nem compensavam o tempo e trabalho dos funcionários. -----

O Presidente explicou que estes processos começavam por uma acção do fiscal, passando depois por uma fase de instrução e que eram os serviços que propunham os valores para serem depois ratificados em reunião.-----

O Eng.º Portugal defendeu que os valores baixos das coimas convidavam às contra-ordenações.-----

O Presidente frisou que a prática era, no caso de não haver agravantes, aplicar o valor mínimo. O Presidente sugeriu que se retirassem os processos de contra-ordenação e que identificassem os instrutores de cada um deles, passando a sua análise para a próxima reunião. -----

A decisão foi aprovada por unanimidade.-----

**- Joaquim Isabelinha da Costa – Pedido de pagamento de coima em 12 prestações – Procº 9/2006.-----**

O Presidente disse ter uma informação dos serviços que apontava os 24 meses como limite máximo e que portanto o pedido seria válido.-----



Foi aprovado por unanimidade o pagamento da coima em 12 prestações.-----

**ACÇÃO SOCIAL:**-----

**- Acção Social Escolar – Auxílios Económicos aos Alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo para o Ano Lectivo de 2009/2010.**-----

O Presidente explicou que havia processos de alunos que ficaram pendentes no início do ano lectivo e que o documento que mostrou aos presentes fundamentava as razões pelas quais isso tinha acontecido, acrescentando que tudo lhe tinha sido explicado pela Dra. Tânia Graça. Colocou de seguida à votação.-----

Foi aprovado por unanimidade.-----

**INFORMAÇÕES:**-----

**- Agrupamento de Escolas de José Relvas – Comemorações do Dia da Pessoa com Deficiência – Agradecimento.**-----

O Presidente disse que finalizavam ali a ordem de trabalhos mas que, antes de terminar a reunião, gostaria de acrescentar duas informações aos presentes: a IGAL (Inspeção-Geral da Administração Local) iria realizar uma inspecção ordinária ao Município de Alpiarça a partir no dia 12 de Janeiro e que tinha sido pedida a colaboração à Câmara por parte do Inspector Geral e que já tinham iniciado a organização do Curso Carnavalesco, nomeadamente o contacto com as colectividades locais no sentido de ter uma organização conjunta. Sublinhou que havia já uma proposta de regulamento e que, se a ideia fosse consensual, ela deveria ser de imediato divulgada mesmo sem ser aprovada. Sugeriu que ficassem todos com o regulamento, de modo a poder aprová-lo na reunião seguinte, ficando já definido o prazo de inscrições para os participantes: de 13 a 20 de Janeiro.-----

Todos concordaram que se aprovaria o regulamento na reunião seguinte-----

O Presidente perguntou se alguém queria ainda tecer alguma consideração sobre este assunto.-----

O Vereador Mário Peixinho pediu a palavra para acrescentar duas informações. Primeiro, que o Executivo estava a fazer uma tentativa de renegociação da dívida da AgroAlpiarça, empresa pertencente à Câmara de Alpiarça, comprometendo-se a transmitir dados mais concretos assim que os tivesse. Depois, que a Câmara estava em risco de perder cento e vinte mil euros em ajudas comparticipadas, já que se tinha candidatado a um contrato-programa para acabamento da Zona Industrial, e não tinha cumprido o prazo estabelecido (2005-2008). Acrescentou que apenas tomou conhecimento do facto numa reunião na CCDR e que, ao contrário do que lhe tinha sido transmitido pelo anterior executivo, a electrificação da zona não estava contemplada no contrato-programa. O projecto de electrificação que tinha sido aprovado era no valor de cento e quarenta e sete mil euros e se a Câmara optasse por avançar com isso teria de suportar a totalidade das despesas, uma vez que o contrato-programa apenas contemplava o ajardinamento.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar se lavrou a presente acta, que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de secretária, a redigi e assino. ----

---

---